

# Sumário

Número de notícias: 13 | Número de veículos: 10

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Lira defende caminho alternativo para o Carf.....2

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Carga muda de perfil e IR ultrapassa receita com ICMS pela 1º vez.....3

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Lira faz pauta sem matérias polêmicas até o carnaval.....6

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Alckmin propõe debate para acordo em torno da MP do Carf.....7

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita esclarece tributação na mudança de domicílio fiscal.....8

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
SEGURIDADE SOCIAL

Haddad afirma que governo vai "tirar granada do bolso" dos servidores com reajuste salarial  
.....10

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
SEGURIDADE SOCIAL

Haddad ironiza Guedes em reajuste de servidor.....13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lula cobra vigilância sobre Campos Neto.....15

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Jaques Wagner Lavagem cerebral da Lava Jato alimentou resistência a Lula entre militares  
.....17

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

"BC tem razão" ao adotar um tom mais duro, diz Meirelles.....20

CORREIO BRAZILIENSE - DF - MUNDO  
ECONOMIA

Em discurso tradicional, Biden convoca união pelo país.....22

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO  
ECONOMIA

Contra a inflação (Editorial).....23

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
ECONOMIA

Um aceno à resolução da vulnerabilidade fiscal (Artigo).....24

# Lira defende caminho alternativo para o Carf

**Victoria Azevedo Thiago Resende**

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que ainda não há uma fórmula para quando houver empate em decisões do **Carf** (**Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**), tribunal administrativo que julga conflitos tributários entre contribuintes e a **Receita Federal**. Ele defende que é preciso encontrar um "caminho alternativo".

"Não tem ainda uma fórmula. Do jeito que está não está bom. Do jeito que era, era pior. Tem que encontrar um caminho alternativo", afirmou Lira.

"A questão do **Carf** já foi decidida lá atrás no Congresso quando tinha alguns excessos. Votou-se de uma forma que também não está atendendo e tem que se encontrar um meio de campo, um meio-termo para resolver. Na hora da apreciação, o Congresso vai ter sabedoria para arrumar essa solução", disse o deputado.

Lira participou de almoço da bancada da FPA (Frente Parlamentar da Agropecuária), nesta terça-feira (7), em Brasília. O evento marcou a transmissão da presidência da FPA para o deputado Pedro Lupion (PP-PR).

O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) editou uma MP (medida provisória) que restabelece o chamado voto de qualidade do **Carf** e que ainda precisa ser validada pelo Congresso. O dispositivo garante à União o poder de desempate em decisões -ele foi derrubado em 2020 durante o governo Jair Bolsonaro (PL).

**Site:**

[https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50181&maxTouch=0&\\_ga=2.115997633.637194752.1675662008-1380897342.1635735907&\\_mather=5177e42f3b1821e2](https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50181&maxTouch=0&_ga=2.115997633.637194752.1675662008-1380897342.1635735907&_mather=5177e42f3b1821e2)

# Carga muda de perfil e IR ultrapassa receita com ICMS pela 1ª vez



Juliana Damasceno, da Tendências: mudanças tributárias em âmbito federal tendem a ser em parte revertidas

**Marta Watanabe De São Paulo**

Num cenário de várias surpresas dadas por recuperação cíclica, impacto da alta dos preços de commodities, **inflação** e alterações de legislação impostas aos Estados, a arrecadação tributária no país em 2022 trouxe um fato inédito. A receita total do estadual ICMS, historicamente o tributo que mais arrecadava no país, ficou quase R\$ 20 bilhões abaixo do recolhimento do Imposto de Renda (IR), tributo federal que liderou o ranking da arrecadação no ano passado.

De acordo com dados da **Receita Federal**, o total de IR recolhido no ano passado alcançou R\$ 710,13 bilhões em valores correntes, praticamente R\$ 20 bilhões a mais que os R\$ 690,21 bilhões em arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), conforme divulgação do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). Com o desempenho, a arrecadação total de IR foi 3% maior que a do ICMS em 2022.

A mudança de cenário chama a atenção. No ano anterior, em 2021, a arrecadação do IR ficou 16% abaixo da do ICMS. Enquanto o principal imposto estadual somou R\$ 652,5 bilhões em receitas em 2021, o IR ficou naquele ano em R\$ 561,3 bilhões, considerando valores correntes em ambos os casos.

A série histórica de arrecadação de **tributos** da Receita iniciou-se em 1995 e a do Confaz, em 1997.

Comparando-se os dados dos 26 anos de período comum das duas séries, o ICMS sempre foi o campeão de arrecadação, reflexo de um sistema

tributário baseado principalmente na tributação sobre o consumo. Os valores de arrecadação de ICMS do Confaz, segundo convênio entre os Estados sobre o assunto, correspondem à arrecadação integral com o imposto, inclusive juros, multas e a cotaparte dos municípios.

A diferença entre o tributo federal e o estadual em 2022 resultou não somente de um desempenho ruim do ICMS como também de um salto do IR. De 2021 a 2022, a receita de ICMS avançou 5,8% nominais enquanto a de IR saltou 26,5%.

Para o economista Gabriel Leal de Barros, sócio da Ryo Asset, a arrecadação do IR se beneficiou da retomada da economia pós período mais crítico da pandemia, por receitas extraordinárias e por resultados melhores de empresas ligadas a commodities que tiveram cotações elevadas nos últimos dois anos - setores de energia, metais e da agropecuária, por exemplo.

Juliana Damasceno, economista da Tendências, lembra que, além do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), que incide sobre o lucro das empresas, houve bom desempenho do tributo federal em outras bases, como o IR retido na fonte sobre os rendimentos do trabalho.

Isso, avalia, reflete a evolução mais favorável que a esperada do emprego no decorrer do ano passado, puxado por contratações em prestação de serviços, setor mais beneficiado pela normalização da economia em 2022 e que reagiu mais tardiamente durante o período de recuperação cíclica.

Houve também, destaca, o avanço do IR retido sobre rendimentos de capital, sob influência de investimentos atrelados à Selic. Ela lembra, porém, que a alta da taxa básica de juros propicia de um lado receitas tributárias, mas também traz, do outro lado, impacto fiscal grande, com uma conta de juros "mais salgada". De acordo com dados da **Receita Federal**, o IRPJ rendeu à União no ano passado total R\$ 315,2 bilhões, com alta de 27% contra 2021. Nos mesmos critérios, o IR fonte sobre rendimentos do trabalho e sobre rendimentos do capital arrecadaram R\$ 173,6 bilhões e R\$ 95,9 bilhões, respectivamente, com avanço de 18,4% e 82,5%, sempre nominais.

Em termos reais, segundo atualização a preços de dezembro de 2022 feita pela Receita com base no IPCA, a arrecadação total do IR avançou 15,7% contra 2021, taxa bem superior à alta de 6,6% do total das receitas administradas pelo órgão. A arrecadação do ICMS, lembra Barros, também chegou a ser favorecida por fatores como retomada da economia, **inflação** e alta de commodities, principalmente em 2021, mas teve seu recolhimento afetado no ano passado pelas mudanças da Lei Complementar (LC) 192/22 e LC 194/22, que resultaram na redução de alíquotas de ICMS em setores importantes, como combustíveis, energia elétrica e telecomunicações.

As alterações legais resultaram de medidas de combate à **inflação** do governo Jair Bolsonaro em meio à corrida pelas eleições presidenciais no ano passado. O crescimento do ICMS empatou com os 5,8% de **inflação** de 2022, ainda pelo IPCA.

Sergio Gobetti, especialista em contas públicas, diz que pelos dados das contas nacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), até o terceiro trimestre de 2022, o **PIB** dos setores tributados pelo ICMS estava crescendo 13,2% em termos nominais ante 10,5% de todo o **PIB**, incluindo também os setores que não compõem a base do imposto estadual.

"Mas a arrecadação do ICMS fechou o ano com alta de apenas 5,8%. A diferença indica de quanto foi, aproximadamente, a perda produzida pela LC 194/22." George Santoro, secretário de Fazenda de Alagoas, diz que, pelas contas do Comsefaz, comitê que reúne secretários estaduais de Fazenda, a perda dos 26 Estados e Distrito Federal com a LC 194/22 totalizou R\$ 45,1 bilhões, em valores atualizados pelo IPCA-E. Desse total, R\$ 21,3 bilhões foram em combustíveis e R\$ 18,3 bilhões foram em energia elétrica. Se não fosse o impacto da lei, ressalta, a receita de ICMS teria se mantido maior que a do IR em 2022.

Barros lembra que o combate à **inflação** pelo governo Bolsonaro no ano passado, ao lado das medidas de estímulo à economia, envolveu também a redução de **tributos** federais, como do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre rol amplo de bens e do PIS e da Cofins sobre combustíveis.

Essas medidas, avalia, em conjunto com devolução maior de créditos tributários das duas contribuições, resultaram em efeito composição na arrecadação federal de 2023.

Ainda de acordo com dados da Receita, a fatia da tributação sobre bens e serviços na arrecadação da União recuou de 27,4% em 2021 para 24,4% no ano passado, a menor taxa de participação da série

histórica desde 2007. A menor fatia até o ano passado foi de 26,9% em 2020, ano que eclodiu a pandemia.

Em comportamento inverso, a fatia da tributação sobre renda e propriedade, de forma condizente com o desempenho do IR, subiu de 38,4% em 2021 para 42,1% no ano passado, na maior taxa de participação também desde 2007. A tributação sobre folha de salários teve pequena queda na sua participação na arrecadação federal, saindo de 29,5% em 2021 para 28,9% no ano passado.

Para Santoro, essa mudança nas participações relativas das diversas bases de incidência deve ter acontecido na arrecadação total brasileira em 2022. Entre os níveis federados, a União, avalia, deve ter avançado na sua fatia dentro do bolo da arrecadação tributária do país, com perda dos Estados.

As mudanças tributárias em âmbito federal, diz Juliana, tendem a ser em parte revertidas no novo governo. Ao mesmo tempo, nos Estados há esforço para recomposição de receitas. Ao menos 12 entes, destaca, elevaram a alíquota modal do ICMS. A tendência, diz ela, é que essa iniciativa não recomponha toda a perda, já que os aumentos de alíquota foram limitados e não devem valer para o ano cheio de 2023.

Ao mesmo tempo, definições importantes ainda estão pendentes, como a exclusão ou não da gasolina dos itens essenciais.

"Não podemos esquecer também que esse esforço do lado das receitas vem com pressão de gastos, porque reajustes salariais foram concedidos, contratos foram renegociados e obras e investimentos trouxeram despesas."

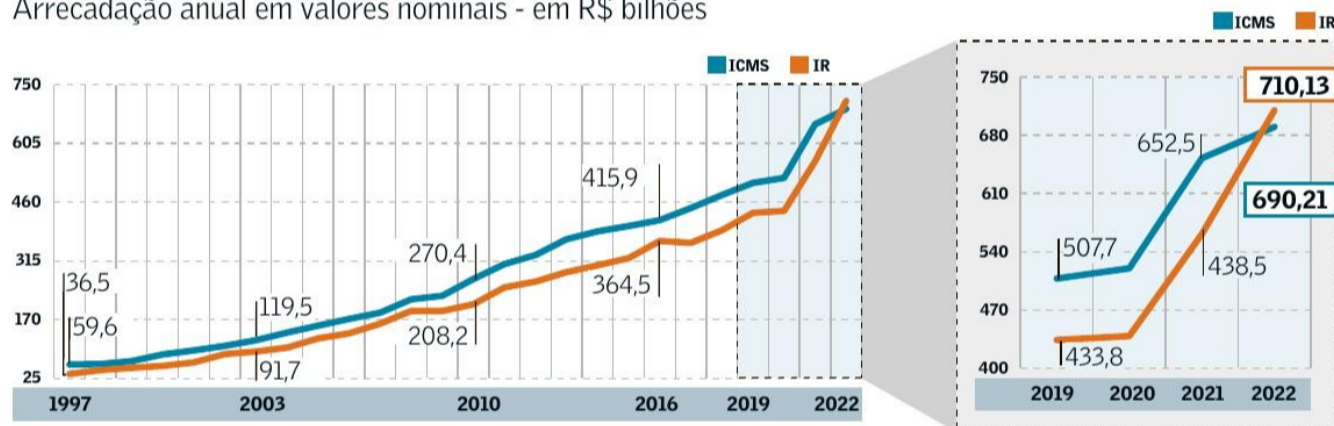
**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187455?page=1&section=1>



## IR ultrapassa ICMS

Arrecadação anual em valores nominais - em R\$ bilhões



### Efeito composição

Arrecadação federal por base de incidência, em %

2021

2,71

Transações  
financeiras

27,4

Bens e  
serviços

29,49

Folha de  
salários

1,97

Outros

38,42

Renda e  
propriedade

2021

2,82

Transações  
financeiras

24,4

Bens e  
serviços

28,92

Folha de  
salários

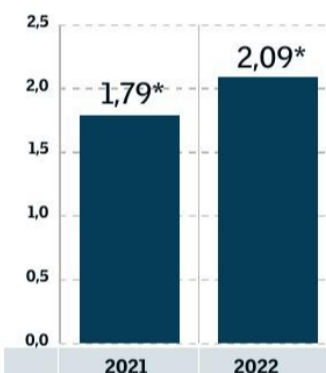
1,78

Outros

42,08

Renda e  
propriedade

Total - em R\$ trilhões



Fonte: Receita Federal e Confaz, com dados de ICMS de Alagoas e Rio Grande do Norte adicionados para dezembro de 2022. \*Valores nominais

# Lira faz pauta sem matérias polêmicas até o carnaval

*Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro De Brasília*

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), decidiu fazer uma pauta sem matérias polêmicas, até o carnaval, à espera de que o governo Lula (PT) organize sua base aliada e os partidos decidam quem é de fato governo, quem será independente e quem fará oposição. Nessa terça-feira (7) foram aprovados apenas três acordos internacionais, pauta tradicionalmente destinada às quintas-feiras, quando o quórum é mais baixo.

Paralelamente, ele já dará início às discussões da **reforma tributária** e criará nesta semana o grupo de trabalho para tratar da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 45/2019, que unifica cinco **impostos** (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) num Imposto sobre Valor Agregado (IVA). O relator será o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), que relatou a PEC na legislatura anterior, e o coordenador será o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG). "O texto está pronto, tem que ser apenas ajustado", disse Lira.

Apesar da fala, a bancada ruralista, com a qual Lira se reuniu, tem resistências à reforma. O novo presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), deputado Pedro Lupion (PP-PR), destacou que o grupo está preocupado com o fim da Lei Kandir, que desonera as exportações, e a taxação do agro. "Usaremos toda nossa força e número para impedir aumento de **impostos** para a produção rural", disse.

Outra demanda da bancada é que a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e a gestão do Plano Safra volte ao Ministério da Agricultura. Medida provisória (MP) editada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) transferiu ambos para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, controlado pelo PT. "Este é um assunto que preocupa sim o setor", disse Lira, que também integra a bancada. "Cabe a cada governo fazer desenho próprio de como ele acha que deve tratar e cabe, lógico, ao Congresso validar ou não", destacou.

Antes de ser votada pelo plenário da Câmara, a MP da reforma administrativa será discutida por uma comissão mista, composta por deputados e senadores. Ato publicado nessa terça-feira restabeleceu o funcionamento dessas comissões, que estavam suspensas desde a pandemia e do

funcionamento remoto do Congresso.

De acordo com o ato, essa tramitação valerá para todas as MPs editadas desde 1o de janeiro.

Esta tramitação valerá também para a MP que reinstituiu o voto de qualidade no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** - em que o presidente do conselho, sempre um representante da **Receita Federal**, decide os julgamentos em caso de empate. Esse peso duplo estava suspenso desde 2020.

Segundo Lira, ainda não há entendimento sobre como proceder, mas a comissão mista buscará um meio termo. "Do jeito que está hoje não está bom, do jeito que era antes era pior", disse [ver também matéria nesta página].

Nos próximos dias, Lira se dedicará também à divisão das comissões permanentes da Câmara entre os partidos. A única definida por enquanto é a de Constituição e Justiça (CCJ), que será presidida pelo PT. O deputado Rui Falcão (SP) é o favorito para comandá-la, mas a corrente Construindo um Novo Brasil (CNB), majoritária no partido, indicou ontem o deputado Rubens Pereira Júnior (MA) para o posto.

## Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Lira faz pauta sem matérias polêmicas até o carnaval

## Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187455?page=1&section=1>

# Alckmin propõe debate para acordo em torno da MP do Carf

**Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto De Brasília**

Em um aceno ao Congresso, o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Geraldo Alckmin afirmou nessa terça-feira (7) que defenderá um amplo debate até que se chegue em um acordo para votar a medida provisória (MP) que restabeleceu o voto de qualidade no âmbito do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**.

A iniciativa ocorre como forma de contrapor a resistência de bancadas partidárias na Câmara, primeira etapa de tramitação da proposta, e a judicializações de partidos políticos. O PP e o Republicanos acionaram o Supremo Tribunal Federal (STF) com o objetivo de derrubar a medida. Alckmin indicou, em encontro com integrantes da Frente Parlamentar do Empreendedorismo, que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) buscará o diálogo com o Congresso para se chegar a um texto que tenha apoio majoritário e seja aprovado.

"Ele deixou bem claro que o governo não forçará a barra para que o texto da MP seja aprovado na íntegra. Vão buscar um acordo", disse um deputado que participou da reunião.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), também demonstrou simpatia com a possibilidade de se chegar a um meio termo. "A questão do **Carf** já foi decidida lá atrás no Congresso quando tinha alguns excessos.

Votou-se uma forma que também não está atendendo.

Tem que se encontrar um meio de campo, a gente precisa encontrar um meio termo para resolver.

Acho que na hora da apreciação o Congresso vai ter sabedoria para arrumar essa solução", disse o alagoano após participar de almoço com a bancada ruralista.

Extinto em 2020 pelo Congresso, o voto de qualidade permitia o desempate nos julgamentos a favor do governo. Pouco mais de uma semana após assumir o poder, Lula publicou uma MP para que o dispositivo fosse retomado.

Alguns partidos de centro têm demonstrado que são

contrários ao avanço da matéria. As siglas, porém, estão abertas a negociar alterações, ou seja, não tem como uma única alternativa o arquivamento do projeto.

Em outra frente, PP e Republicanos foram ao STF e pediram a rejeição da medida sob a alegação de que o novo governo quer se sobrepor a um entendimento da maioria dos ministros da Corte que vê constitucionalidade e respeito às garantias fundamentais na extinção do voto de qualidade.

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187455?page=1&section=1>

# Receita esclarece tributação na mudança de domicílio fiscal



SABRINA VASCONCELOS/DIVULGAÇÃO

Daniel Franco Clarke: tema muito regulado, mas não tanto sob a perspectiva tributária

**Barbara Pombo De Brasília**

A **Receita Federal** esclareceu que investidores pessoas físicas residentes no exterior perdem as condições especiais de tributação sobre rendimentos de aplicações financeiras quando mudam seu domicílio fiscal para o Brasil. A orientação consta na Solução de Consulta nº 7, da Coordenação-Geral de Tributação (Cosit), publicada no dia 31 de janeiro e que orienta os fiscais do país. É a primeira vez, segundo advogados, que o Fisco se manifesta sobre a situação.

A boa notícia, por outro lado, é que, pelo entendimento da Receita, o contribuinte não precisa recolher o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) por causa da transferência do seu domicílio fiscal. O tributo será devido apenas se houver alienação ou resgate do investimento.

Até o dia anterior à volta definitiva do investidor ao Brasil, os seus rendimentos serão tributados pelo regime especial, previsto no artigo 16 da Medida Provisória nº 2.189, de 2001. "Os rendimentos produzidos a partir da data da mudança de residência do investidor são tributados pelas mesmas regras a que se submetem os rendimentos auferidos por pessoas físicas residentes no país", diz o Fisco.

A manifestação da Receita é relevante, segundo

advogados, pois havia dúvida sobre o que fazer, em termos tributários, nas situações em que a pessoa física residente no exterior e que mantém investimentos no Brasil muda-se definitivamente para cá.

"É um tema muito regulado, sob as perspectivas cambial e bancária, mas não tanto sob a tributária", afirma Daniel Franco Clarke, da área tributária do escritório Mannrich e Vasconcelos.

Além disso, dizem advogados tributaristas, o entendimento faz diferença para o bolso. Isso porque a legislação brasileira prevê benefícios em termos de tributação para atrair investimento estrangeiro para o Brasil.

"Aplicam-se alíquotas e condições diferentes para investidor não residente no Brasil", afirma Frederico Bastos, sócio do BVZ Advogados, acrescentando que o esclarecimento é relevante considerando o aumento no fluxo de entradas e saídas do país.

Esses recursos, de forma geral, podem chegar por dois meios. O investidor não residente no Brasil pode aplicar nos mercados financeiro e de capitais brasileiro, devendo seguir as regras da Resolução nº 4.373, de 2014, do Conselho Monetário Nacional (CMN). Pode, ainda, fazer investimento direto, por meio de compras de ações ou quotas de empresas localizadas no Brasil, situação em que seguirá as diretivas da Lei nº 4.131, de 1962.

Bancos e corretoras são as responsáveis legais por reter e recolher o imposto, quando devido, para investidores domiciliados no exterior. Por isso é que a Receita, na Solução de Consulta nº 7, responde a um questionamento formulado por uma pessoa jurídica que atua para clientes estrangeiros, que investem em ações em bolsa, operações com derivativos e cotas de fundos de investimento.

Os benefícios são de diversas ordens. Rendimentos auferidos por pessoas domiciliadas no exterior com títulos públicos brasileiros, por exemplo, recolhem o IR com alíquota zero. O brasileiro, por sua vez, pela mesma operação, paga de 15% a 22,5% a depender do prazo da aplicação.

O residente no exterior que aliena ações em bolsa não

paga o Imposto de Renda sobre o ganho de capital. Já a pessoa com domicílio fiscal no Brasil paga, em regra, 15% sobre os rendimentos líquidos.

O advogado Daniel Franco Clarke aponta que o entendimento do Fisco é positivo na parte em que indica que a transição do domicílio fiscal, por si só, não implica pagamento do IRRF.

Segundo ele, a Receita possui interpretação menos benéfica para o contribuinte que faz o movimento inverso, ou seja, que sai do Brasil para morar no exterior.

Nessas situações, o Fisco entende que o Imposto de Renda nas aplicações financeiras deve ser recolhido em decorrência da mudança de status de residente para não residente. Essa interpretação consta no Ato Declaratório Interpretativo nº 01, de 2016.

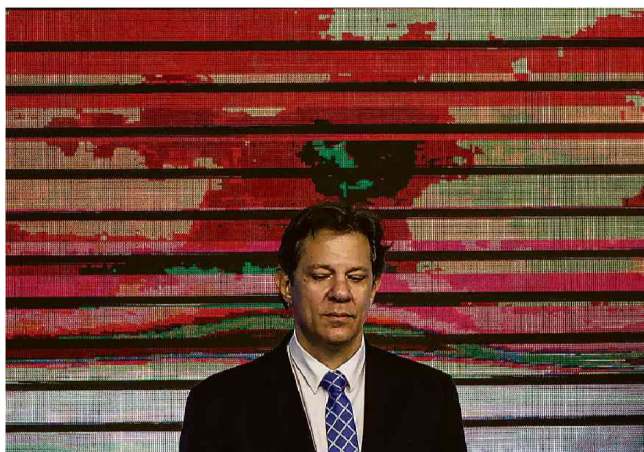
Diz a Receita que para o investidor estrangeiro ter direito ao regime especial de tributação deve-se exigir a comprovação de que a pessoa apresentou ao Fisco a Comunicação de Saída Definitiva do país, além do pagamento do IRRF incidente sobre os rendimentos auferidos até o dia anterior ao da aquisição da condição de não residente.

"Há argumentos para sustentar que o entendimento está equivocado", diz Clarke. "Não faz sentido em termos do fato gerador do IR. Falamos de operação simultânea de câmbio que é uma imposição regulatória, mas em que não há alienação efetiva, o contribuinte não vendeu ações e títulos", acrescenta.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187455>



# Haddad afirma que governo vai "tirar granada do bolso" dos servidores com reajuste salarial



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em reunião da Caixa. Gabriela Bilo/Folhapress

**Idiana Tomazelli Danielle Brant**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), disse nesta terça-feira (7) que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai "tirar a granada do bolso" dos **servidores públicos** com a negociação de reajustes salariais para as categorias.

A atual administração reabriu a mesa permanente de negociação com o funcionalismo, que já havia funcionado em gestões anteriores do PT e ficará sob a condução da ministra de Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck.

A intenção é conceder um reajuste salarial ainda neste ano, após pelo menos quatro anos de congelamento. A maior parte dos servidores está há seis anos sem reposição salarial.

"O objetivo aqui é tirar a granada do bolso de vocês", disse Haddad durante solenidade de reabertura da mesa. O evento conta com representantes de 80 entidades sindicais, além de ministros do governo.

A citação à granada faz referência a uma declaração do ex-ministro da Economia Paulo Guedes em uma reunião ministerial de 22 de abril de 2020. O vídeo do encontro foi divulgado por ordem do STF (Supremo Tribunal Federal) a pedido do ex-ministro da Justiça Sergio Moro, que acusava o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) de tentar interferir na Polícia Federal.

No vídeo, Guedes aparece celebrando uma lei aprovada no auge da pandemia de Covid-19, que autorizava um socorro a estados e municípios, mas tinha como contrapartida o congelamento dos reajustes.

"Todo mundo está achando que estão distraídos, abraçaram a gente, enrolaram com a gente. Nós já botamos a granada no bolso do inimigo. Dois anos sem aumento de salário", disse Guedes à época.

Nesta terça, Haddad criticou diretamente a declaração de seu antecessor. "Aquela cena no Palácio do Planalto é uma das cenas mais vergonhosas que já vi na vida. Como alguém que está na chefia de um ministério tão importante diz que serviço público é inimigo a ser destruído, como se fosse inimigo de guerra?", afirmou.

A ministra da Gestão endossou as críticas ao ex-ministro da Economia. "Este governo jamais considerará os servidores um parasita", em referência a outra declaração feita por Guedes. Em fevereiro de 2020, ele comparou **servidores públicos** a parasitas, que estão matando o hospedeiro (o governo) ao receberem reajustes automáticos enquanto estados estão quebrados.

"Como disse o ministro Haddad, não tem granada nenhuma", complementou. "Acabou essa visão que os servidores não são essenciais. Ao contrário, os servidores são essenciais."

O Orçamento de 2023 já reserva R\$ 11,6 bilhões para a ampliação da remuneração dos funcionários públicos ativos, inativos e pensionistas do Poder Executivo.

O maior impasse no momento é se esse reajuste vai contemplar ou não os militares, categoria que obteve maiores benefícios durante a gestão Bolsonaro.

A intenção do novo governo é aplicar um percentual linear para as categorias. No ano passado, membros da gestão Bolsonaro estimaram que o valor previsto no Orçamento seria suficiente para um aumento de 4,85% a partir de janeiro. Como o reajuste a ser negociado para este ano valerá por um número menor

de meses, será possível ampliar esse percentual.

Se os militares forem incluídos, porém, a reposição será mais tímida para as demais categorias, dada a necessidade de manter o gasto já previsto no Orçamento.

Por isso, há uma discussão sobre a exclusão dos militares da negociação. Há, porém, um risco político envolvido nessa opção, uma vez que a relação da atual administração com as Forças Armadas já começou sob desgaste.

Em janeiro, Lula demitiu o então comandante do Exército, general Júlio Cesar de Arruda, em meio a uma crise de confiança aberta após os ataques do dia 8 de janeiro, em Brasília.

O cálculo de membros do atual governo é que os militares foram contemplados por aumentos e benesses na gestão anterior, enquanto os demais servidores ficaram com salários congelados.

Em 2019, o governo Bolsonaro propôs e obteve aprovação de uma lei que modificou as regras de aposentadoria e pensão dos militares, mas estipulou uma série de aumentos no soldo da categoria. A lei também ampliou os valores do adicional de habilitação (pago conforme a categoria de cursos feitos pelo militar), entre outras gratificações.

Enquanto isso, cerca de 1 milhão de servidores ativos, aposentados e pensionistas estão com a remuneração congelada desde 1º de janeiro de 2017, quando foi concedida a última parcela de aumento.

São servidores de órgãos como Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), Funai (Fundação Nacional do Índio), Abin (Agência Brasileira de Inteligência), além de carreiras médicas e ligadas à Previdência.

As categorias desse grupo tiveram um aumento médio de 10,8%, proposto ainda no governo Dilma Rousseff (PT) e que foi parcelado em dois anos (2016 e 2017).

Outros 253 mil servidores tiveram o último reajuste aplicado em 1º de janeiro de 2019. Foi a quarta parcela de um aumento total médio de 27,9%. Nesse segundo grupo estão carreiras de Estado, como a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal.

Os servidores do Executivo ampliaram a cobrança por reposição salarial após a aprovação, no final de 2022, de aumentos salariais para ministros do STF, além do presidente da República, ministros e parlamentares.

Com o reajuste, eles passarão a ter remuneração mensal de R\$ 41,7 mil a partir de 1º de abril deste ano, chegando a R\$ 46,4 mil a partir de 1º de fevereiro de 2025.

Como há uma defasagem maior nas carreiras da base do funcionalismo, que já têm remuneração menor, há uma possibilidade em estudo de promover dois tipos de reajuste linear: um maior para essas categorias que tiveram o último aumento em 2017, e outro menor para as demais, que tiveram o salário atualizado até 2019.

A expectativa é que as negociações avancem nos próximos meses. Nas últimas semanas, chefes de órgãos já têm buscado o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, responsável pela política de pessoal, para defender a reposição salarial aos seus servidores. Uma das demandas é que o reajuste seja feito por MP (medida provisória), para ter validade imediata.

Em um aceno de boa vontade, a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet (MDB), anunciou a liberação de R\$ 350 milhões para o pagamento de direitos trabalhistas de servidores, referentes a anos anteriores. O desembolso deve beneficiar cerca de 10 mil funcionários.

Na cerimônia, Dweck defendeu o reajuste aos servidores do Executivo. "De fato, as carreiras dos outros Poderes tiveram reajuste aprovado já no final do ano passado, exceto o Poder Executivo. É uma injustiça com os trabalhadores do Executivo federal, e a gente pretende anunciar ainda este mês, se possível, se tiver acordo com eles, usando o espaço orçamentário que existe."

Participaram da solenidade de reabertura da mesa os ministros Rui Costa (Casa Civil), Márcio Macêdo (Secretaria-Geral), Luiz Marinho (Trabalho), Carlos Lupi (Previdência), Camilo Santana (Educação), além de Haddad, Tebet e Dweck.

A ministra da Gestão anunciou ainda a criação de um grupo de trabalho, que, na prática, suspende decreto do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) que transferia as aposentadorias dos **servidores públicos** para o **INSS**.

"Hoje em dia, nos RHs dos ministérios, está bastante descentralizado o processo de pedir aposentadoria. É feita a checagem de documentos e é concedida. Existia uma previsão de uma unificação disso. Só que o que o governo anterior fez foi unificar e mandar para o **INSS**, que não tem competência nenhuma com os **servidores públicos** federais do regime próprio", explicou a ministra.

"Passou para um órgão que está desfalcado, que

nunca trabalhou nesta área e na verdade a gente entende que pode ter sido uma tentativa de reduzir o ritmo de concessão de aposentadorias para os servidores. Esse grupo vai avaliar se era razoável essa decisão, se não era, se for unificar onde será unificado."

A ministra afirmou que o grupo deve ter alguma solução em até 90 dias.

**Site:**

**[https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50181&maxTouch=0&\\_ga=2.115997633.637194752.1675662008-1380897342.1635735907&\\_mather=5177e42f3b1821e2](https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50181&maxTouch=0&_ga=2.115997633.637194752.1675662008-1380897342.1635735907&_mather=5177e42f3b1821e2)**

# Haddad ironiza Guedes em reajuste de servidor

*Lu Aiko Otta De Brasília*

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva vai "tirar a granada do bolso" dos **servidores públicos**, disse ontem o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, durante a reinstalação da mesa nacional de negociação permanente dos **servidores públicos**, que pretende estabelecer reajustes salariais ainda este ano. A medida é promessa de campanha, e a presença de oito ministros de Estado na solenidade não deixou dúvidas quanto à prioridade dada ao tema.

A granada foi uma referência a uma fala do ex-ministro da Economia Paulo Guedes em 2020.

Ele disse que havia colocado uma "granada no bolso do inimigo" quando congelou reajustes salariais dos servidores até o fim de 2021. A medida era uma espécie de blindagem, para que os repasses de verbas federais aos Estados para combater a covid-19 e seus efeitos não fossem convertidos em aumentos de salários.

Num momento em que a política fiscal está no centro do embate entre o Banco Central, o Palácio do Planalto e o Ministério da Fazenda em torno da taxa de juros, a mesa de negociação vai definir o uso de R\$ 11,6 bilhões reservados no Orçamento de 2023 para reajustar salários de servidores.

Trata-se de um aumento permanente na despesa, quando especialistas em contas públicas ressaltam a importância de fazer o contrário: reduzir gastos.

Haddad disse que é preciso "pensar no servidor e na sociedade e conciliar interesses que podem parecer, à primeira vista, conflitantes".

Afirmou que o diálogo construirá o caminho da superação.

A pressão é grande. O ministro ouviu o auditório lotado de servidores puxar um grito de "reajuste já". O presidente do Fórum das Entidades Nacionais dos **Servidores Públicos** Federais (Fonasefe), Sergio Ronaldo, fez um apelo para que o governo apresentasse uma proposta inicial de negociação ainda ontem.

Há pressão entre os servidores do Executivo em buscar

um acordo, pois os funcionários do Judiciário e do Legislativo já obtiveram reajuste: 19,25% divididos em três parcelas anuais de pouco mais de 6% anuais.

É um índice baixo, segundo analisou o presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Rudinei Marques. Ele observou que um reajuste de 6% para um juiz que recebe cerca de R\$ 40 mil é diferente de 6% para os trabalhadores do Executivo, que recebem em média R\$ 9,2 mil. Ele também comparou o valor do tíquete- alimentação: R\$ 1.182 mensais no Judiciário, contra R\$ 458 no Executivo. Defendeu que o índice de reajuste deva ser maior para o Executivo e o prazo para a concessão do aumento, mais curto.

A defasagem salarial é da ordem de 40%, disse ao Valor o presidente do Sindifisco Nacional, Isac Falcão. O período sem reajuste, de seis a sete anos conforme categoria, pesa mais sobre os salários menores, observou.

Uma primeira proposta de reajuste deverá ser apresentada às entidades sindicais antes do carnaval, disse a ministra de Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck. A equipe econômica avalia como usar a margem existente no Orçamento.

Durante o evento de instalação da mesa, a gestão anterior foi acusada de haver desmontado o Estado brasileiro. "A sensação é de que não existia governo", afirmou o ministro da Casa Civil, Rui Costa. O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, disse que a atual equipe trabalha em meio a "escombros".

O governo vai revogar uma norma adotada pelo governo de Jair Bolsonaro que retirava da folha de pagamentos os servidores que ocupassem cargos em entidades sindicais. Um decreto deve ser assinado por Lula ainda nesta semana.

Foi suspenso também o cronograma para a centralização e a transferência para o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) da tarefa de analisar pedidos de aposentadoria dos **servidores públicos**.

Um grupo de trabalho interministerial reanalisará a medida.

Dweck observou que as normas do **INSS** são

diferentes das aplicadas ao serviço público.

Além disso, há falta de servidores para atender os segurados do regime geral.

Durante o evento, a ministra do Planejamento, Simone Tebet, anunciou a liberação de R\$ 350 milhões para pagar direitos trabalhistas de exercícios anteriores.

Com isso, 10 mil servidores serão atendidos, informou.

**Notícias Relacionadas:**

VALOR ONLINE  
Haddad ironiza Guedes em reajuste de servidor

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187455?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187455?page=1&section=1)**



# Lula cobra vigilância sobre Campos Neto



Aloizio Mercadante (E) atuou como apaziguador das críticas que o presidente Lula faz à atuação do BC no comando da política monetária

MAURO PIMENTEL / AFP



**ROSANA HESSEL RAFAELA GONÇALVES**

Em um novo capítulo do embate entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o Banco Central, o chefe do Executivo baixou o tom das críticas a fim de não criar mais "confusão" com o presidente da autoridade monetária, Roberto Campos Neto. Contudo, incentivou a vigilância por parte dos ministros e de parlamentares da base aliada. Representantes do Senado e da Câmara já protocolaram pedidos para que o chefe do BC explique o atual patamar da taxa básica da economia (Selic) nas duas Casas.

"Eu estou muito tranquilo, eu não quero confusão. A única coisa que eu quero é que esse país volte à normalidade, que este país volte a crescer, gerar emprego, distribuir renda", disse o chefe do Executivo, ontem, a jornalistas independentes. A proximidade de Jair Bolsonaro (PL) com Campos Neto tem incomodado Lula e seu entorno petista. Não à toa, as críticas ao BC pipocam desde o início do governo e

ficaram mais duras, na semana passada, quando o Comitê de Política Monetária (Copom) manteve a taxa Selic em 13,75% ao ano pela quarta vez consecutiva, na primeira reunião do ano.

O presidente pontuou que, com a autonomia, é possível culpar o Banco Central pelo patamar elevado dos juros, e que "o Senado que pode trocar o presidente do Banco Central". Ele espera que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, "estejam acompanhando a situação do Brasil". Tebet e Haddad, integram, com Campos Neto, o Conselho Monetário Nacional (CMN) - órgão que pode encaminhar ao presidente da República o pedido de destituição do chefe do BC em caso de "comprovado e recorrente desempenho insuficiente para o alcance dos objetivos" da autarquia, conforme a lei que criou a autonomia do BC, em 2021. Já ao Senado, cabe aprovar essa troca de nomes.

Em resposta às críticas do governo, Campos Neto voltou a defender a autonomia do órgão. "Acho que é muito importante por diferentes razões. A principal razão, no caso da autonomia do BC, é desconectar o ciclo de política monetária do ciclo político, porque eles têm diferentes lentes e diferentes interesses. Quanto mais independente você é, mais efetivo você é, e menos o país vai pagar em termos de custo-benefício da política monetária", disse em palestra em Miami, nos Estados Unidos.

Haddad, por sua vez, tentou amenizar a tensão com o Banco Central, elogiou a ata do Copom, divulgada ontem, e disse que considerou "mais amigável" do que o **comunicado** emitido após a decisão de manutenção da Selic. Na véspera, criticou o **comunicado** do BC e disse que o órgão não considerou as medidas anunciadas por ele em janeiro para reduzir o rombo fiscal deste ano, de R\$ 231,6 bilhões. Na avaliação de especialistas, o plano tem impacto duvidoso, em grande maioria, especialmente porque há novas despesas surgindo sem perspectivas de cortes de gastos.

"A ata veio melhor do que o **comunicado**. Veio mais extensa, mais analítica, colocando pontos importantes sobre o trabalho do ministério da Fazenda. É uma ata, vamos dizer, mais amigável em relação aos próximos passos a serem comunicados", declarou o ministro da Fazenda. No documento divulgado ontem, contudo, o Copom usou a palavra risco 20 vezes, mais do que as 15 vezes na ata anterior, de dezembro de 2022, e

manteve a janela aberta para novas altas de juros.

Prêmio de risco

O mercado financeiro tem reagido mal aos atritos, temendo tentativas de intervenção do Executivo na autonomia da autoridade monetária. A cada ataque, o dólar e a curva de juros sobem, e a Bolsa cai, como reflexo do mau humor dos agentes financeiros - que cobram mais prêmio de risco para os títulos da dívida do governo federal. Além disso, lembram os analistas, a retórica ofensiva de Lula contra o BC tem efeito contrário do que o governo espera, pois piora as expectativas de **inflação**, aumentando a projeção para os juros futuros.

Economista-chefe da Veedha Investimentos, Camila Abdelmalack destacou que o momento é de muita incerteza em relação à coordenação entre a política monetária e política fiscal. "Já temos uma série de incertezas sobre a orientação da política econômica ao longo de 2023, isso acaba exigindo um prêmio de risco maior para o investidor colocar o seu dinheiro aqui", disse. Segundo Abdelmalack, para baixar a tão criticada taxa básica de juros, o presidente deveria estar mais preocupado em trabalhar por uma **reforma tributária** eficiente e um arcabouço fiscal razoável e mais crível do que o teto de gastos.

O analista da Ouro Preto Investimentos, Bruno Kamura, reforçou que esse tipo de conflito entre o governo e o BC acaba deteriorando as expectativas. "Esses ruídos são bastante prejudiciais, ainda mais porque o governo vai tentar estimular a economia por meio de política fiscal, o que reforça a necessidade de uma política monetária mais dura", frisou.

Na avaliação do economista e consultor André Perfeito, ex-Necton Investimentos, essa disputa é "falsa", porque Lula não gastará o capital político para afastar Campos Neto, cujo mandato vence em 2024, e, muito menos, tentar derrubar a autonomia do BC. Ele aposta que o BC reduzirá a Selic ao longo do ano, já que a mediana das estimativas do mercado do boletim Focus, do BC, para a taxa básica em dezembro está em 12,50%.

A ata (do Copom) veio melhor do que o **comunicado**. É uma ata, vamos dizer, mais amigável em relação aos próximos passos a serem comunicados" Fernando Haddad, ministro da Fazenda

Quanto mais independente você é, mais efetivo você é, e menos o país vai pagar em termos de custobenefício da política monetária" Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central

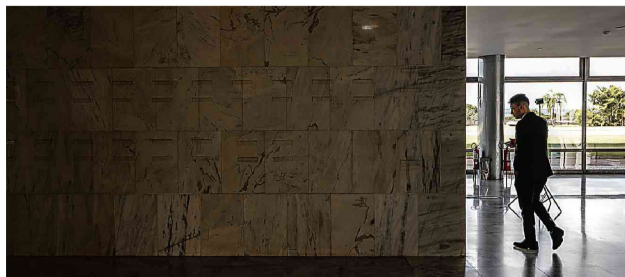
13,75% ao ano: percentual da taxa básica de juros da

economia -Selic -, mantido pelo Copom na reunião da semana passada

**Site:**

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/02/08/all.pdf>

# Jaques Wagner Lavagem cerebral da Lava Jato alimentou resistência a Lula entre militares



Parede onde ficava a galeria de fotos presidenciais, que ainda não foram recolocadas depois dos ataques golpistas aos prédios dos três Poderes em 8 de janeiro passado. © GABRIEL VALERIO/REUTERS



**Jaques Wagner, 71**

Senador pelo PT, é líder do governo no Senado e amigo de Lula. Foi ministro do Trabalho e das Relações Institucionais nos governos Lula, ministro da Defesa e da Casa Civil no governo Dilma Rousseff e governador da Bahia.

**Bruno Boghossian e Thaísa Oliveira Brasília**

ENTREVISTA: Jaques Wagner, 71 Senador pelo PT, é líder do governo no Senado e amigo de Lula. Foi ministro do Trabalho e das Relações Institucionais nos governos Lula, ministro da Defesa e da Casa Civil no governo Dilma Rousseff e governador da Bahia.

Líder do governo Luiz Inácio Lula da Silva e ex-ministro da Defesa, o senador Jaques Wagner (PT-BA) diz que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) foi o responsável pela politização das Forças Armadas, mas atribui a resistência das tropas ao PT também ao que chama de "lavagem cerebral" da Operação Lava Jato.

"[Foi] essa lavagem cerebral que foi feita como forma de conquista do poder. Isso entrou muito nas Forças. Você vê a expressão de alguns: "Eu não vou bater continência para um corrupto". Para mim, o caldo maior é muito menos ideológico e muito mais em cima disso", afirma à Folha.

O líder do governo diz ainda que Lula pode tentar se reeleger em 2026, como o presidente vem sugerindo, mas avalia que as declarações são uma maneira de evitar uma "corrida do ouro" entre petistas e aliados interessados na sucessão.

★

Como Lula vai construir sua base?

A eleição [para presidente do Senado] não pode servir de balizamento para a base do governo. Ela tem características particulares, não tem um degradê que é normal no jogo da aprovação de matérias. A matéria entra, sofre crítica, contribuição e daqui a pouco você tem o que é possível numa base de sustentação.

Então qual é o tamanho da base e da oposição no Senado?

Vai depender da matéria. A linha de raciocínio não é uniforme por partido. Eu acho que a base será maior do que 49 [número de votos obtido por Rodrigo Pacheco, presidente do Senado]. Vai depender do poder de negociação, do relacionamento que se constrói.

Na PEC [da Transição], nós tivemos 64 votos. Esse é o número da base?

Não necessariamente. Só estou mostrando que, em dois episódios próximos, a diferença foi grande. Na eleição, não necessariamente quem votou em Rogério Marinho é um aficionado pela oposição. Teve gente do PT que fez esse brilhante comentário: "Isso mostra que teremos dificuldade". Foi uma leitura totalmente equivocada.

PP, Republicanos e PL estarão na oposição ou no degradê com quem dá para conversar?

Eles se declaram oposição. Mas eu também era oposição no governo que se encerrou e não quer dizer que a gente não negociou. Quando chegarem, por exemplo, a **reforma tributária** e o novo marco fiscal, não tem torcida organizada. Todo mundo acha que o Brasil tem que ter um arcabouço fiscal diferenciado.

Partidos como PP e Republicanos e outras alas da União Brasil serão atendidos com cargos?

Não é prática nem minha, nem do presidente administrar questões internas dos partidos. A União Brasil tem diferenças internas, mas a negociação foi feita com um conjunto do partido, não uma parte. Houve o episódio do líder [da União Brasil] na Câmara [Elmar Nascimento (BA), vetado por petistas para o Ministério da Integração], que não foi uma interdição de ninguém. Foi a questão da forma como ele tratou o presidente da República durante [a campanha].

Lula disse ser contra uma CPI para investigar os ataques de 8 de janeiro. Qual vai ser a posição da base?

A CPI da Covid era absolutamente necessária porque os órgãos federais não atuavam como deveriam. No episódio do 8 de janeiro, surgiu a ideia de uma CPI. Era inevitável que todo mundo assinasse porque aquela coisa chocou o Brasil. Mas, hoje, qual seria o papel da CPI? Qual é a eficácia, se já tem gente presa, investigada, processada? Eu não vejo serventia. Não tem nenhum temor. O que não nos interessa é tirar o foco do Congresso e da economia.

Na campanha, Lula disse que não concorreria à reeleição, mas agora admite a possibilidade. Ele deve ser candidato em 26?

É difícil dizer agora, está muito cedo. Depende de várias coisas. Primeiro, depende fundamentalmente da vontade dele. Para alguém que está no poder, dizer que está abrindo mão dele não é a melhor coisa. Porque aí começa a disputa de quem é o sucessor [risos].

Ele fala da possibilidade de reeleição para estancar essa disputa?

Não sei se ele fala para isso, mas tem esse efeito. Eu tenho convicção de que ele vai se sair muito bem e que poderá ser reeleito ou fazer um sucessor. Na minha opinião, ele preferiu deixar isso em stand by [modo de espera] para as duas coisas: para não abrir mão do poder e também para não começar uma corrida do ouro.

Olhando para a aliança do governo, quais são as

alternativas?

As pessoas que estão hoje na fotografia, vai depender da caminhada delas. Vou dar um exemplo do que eu vivi: a Dilma [Rousseff] nunca foi das que estavam disputando lugar. Mas, na Casa Civil, ela cumpriu um papel que agradou ao presidente e acabou escolhida.

Como ex-ministro da Defesa, que avaliação o sr. faz da relação do presidente com as Forças Armadas? Lula confia nos militares?

Ele tem confiança no ministro da Defesa [José Múcio] e nos chefes militares que estão aí. Acredita muito nas Forças Armadas com uma função de Estado, e o sonho dele é que a gente volte ao leito natural das Forças Armadas, que têm a sua missão constitucional.

Nesses quatro anos, as Forças foram lideradas por um comandante em chefe [o ex-presidente Bolsonaro] que teve uma postura totalmente não constitucional, tentando politizar as Forças Armadas, ideologizar as Forças Armadas. Os atuais chefes militares têm essa compreensão de que é preciso voltar ao leito natural.

Não é um cavalo de pau que você vai dar. Passaram-se quatro anos com uma doutrina que está fora do texto constitucional. O que precisa é voltar ao texto constitucional. Eles não são tutores da democracia brasileira.

Múcio foi criticado por ter adotado postura apaziguadora, principalmente na questão do acampamento em frente ao quartel do Exército. O comportamento que ele adotou era o correto?

Quando viu que havia um desvio, ele sugeriu a mudança do comandante [do Exército]. O episódio da concentração em frente ao quartel-general é uma anomalia, não tem nenhuma razão para aquilo acontecer.

Foi o ministro quem sugeriu ao presidente que o comandante fosse demitido?

Seguramente, o ministro Múcio deve ter sentido que não havia mais espaço de convivência.

Então, acabou sugerindo outro nome. Todos os três mais antigos que estavam na lista poderiam ter sido escolhidos na primeira hora.

O ministro Múcio preferiu manter uma lógica da antiguidade, então pegou os três mais antigos. Quando eu fui ministro da Defesa, entrevistei os três mais antigos [de cada Força]. O do Exército foi o terceiro, que era o [Eduardo] Villas Bôas. O [Eduardo] Leal [Ferreira] era o segundo da Marinha, e o [Nivaldo]



Rossato era o primeiro da Aeronáutica.

Muita gente atribui a Villas Bôas a saída das Forças Armadas desse "leito natural". O sr. se arrepende de tê-lo escolhido?

Eu não concordo. Acho que quem tirou do leito foi o [ex ] presidente da República.

Mas houve o tuí te do Villas Bôas [sobre julgamento de Lula no STF em 2018].

É um episódio pontual, fora daquilo que era papel dele. Não quero fazer julgamento. Enquanto estive à frente do Ministério da Defesa, ele sempre foi uma pessoa muito boa no tratamento comigo, foi um chefe muito competente, sempre teve liderança sobre a tropa.

Um comandante de Exército fica sempre tentando mediar posições de alguns segmentos mais radicalizados. Eu não acho que ele puxou. Acho que, na verdade, tem uma coisa pouco falada. Quem ajudou muito toda essa questão dentro das Forças foi infelizmente a loucura da Lava Jato e da cobertura de segmentos da mídia que queriam criminalizar o PT e o presidente Lula.

Isso entrou nas tropas?

Total. Esse, para mim, é um problema maior que aconteceu dentro das Forças. A relação das Forças com o presidente Lula foi a fase de maior reconhecimento técnico, profissional e salarial das Forças.

O que aconteceu?

Como o grosso das Forças é originário da classe média e tem na honestidade um valor, na medida em que ele foi bombardeado ... Por mais que tenha sido anulado o processo, provado tudo, vai ter gente que vai dizer que o presidente Lula é ladrão, é corrupto. Fuçaram a vida do cara de cima para baixo. Não acharam, pelo que eu saiba, nenhum patrimônio escondido, conta no exterior, nada. Mas continuam chamando.

[Foi] essa lavagem cerebral que foi feita como forma de conquista do poder. Isso entrou muito nas Forças. Você vê a expressão de alguns: "Eu não vou bater continência para um corrupto". Para mim, o caldo maior é muito menos ideológico e muito mais em cima disso. Isso eu ouvi de gente lá de dentro.

**Site:**

**<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50181>**



# "BC tem razão" ao adotar um tom mais duro, diz Meirelles



Meirelles: 'A meta [de inflação] tem que, de fato, descer gradualmente'

Gabriel Roca e Victor Rezende De São Paulo

Presidente do Banco Central durante os dois primeiros mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Henrique Meirelles avalia como acertada a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) de utilizar uma comunicação mais dura no contexto atual de desancoragem das expectativas inflacionárias e de discussões levantadas pelo governo sobre as metas de **inflação**.

Em meio às críticas de Lula direcionadas à autoridade monetária, Meirelles afirmou, ao Valor, que a pressão por juros mais baixos, do ponto de vista de um presidente do BC, é usual e, durante seu mandato à frente da instituição, os pedidos por uma política mais frouxa vinham de diversos agentes.

Meirelles vê como contraproducente a discussão sobre a alteração das metas de **inflação** e acredita que o nível atual, ao redor de 3%, está alinhado às práticas internacionais de países emergentes. Para ele, cabe ao governo aprovar uma reforma administrativa, dar mais transparência à trajetória fiscal por meio de uma âncora crível e uma **reforma tributária** que simplifique a cobrança de **impostos** para que o Brasil volte a crescer de maneira sustentável nos próximos anos.

Valor: O governo tem feito críticas ao nível da taxa de juros e à condução da política monetária. Como o sr.

tem visto esse ambiente?

Henrique Meirelles: A situação de pressão sobre a taxa de juros, com pessoas querendo que a taxa seja mais baixa, é normal. É algo que o BC tem que enfrentar de uma forma natural, usual. No meu tempo, por exemplo, havia pressão de todos os lados. Se nós olharmos para as experiências históricas, inclusive no Brasil, vamos ver que a **inflação** baixa é uma condição necessária para o país poder crescer de forma sustentável, criar emprego e criar renda. A **inflação** corrói o poder de compra das pessoas e desorganiza a economia. A maneira de maximizar o crescimento a médio e longo prazo é mantendo a **inflação** sob controle, mesmo que, num primeiro momento, a curto prazo, você tenha que contrair a atividade econômica para baixar a **inflação** e, aí, crescer de forma controlada, sustentável.

Nós tivemos exemplos disso, inclusive no Brasil. A primeira, durante o próprio governo Lula.

Se olharmos de 2005 a 2010, nós tivemos uma **inflação** média exatamente no centro da meta, de 4,5%. Em consequência, o país pôde crescer de forma sustentável.

Valor: É normal essa pressão por juros mais baixos?

Meirelles: É normal que os políticos e muitos empresários tenham uma visão de curto prazo. Em um primeiro momento, o aperto monetário gera contração da atividade e isso leva a uma impressão de que é algo negativo. Evidentemente, se olharmos mais para a frente, a médio e longo prazo, isso se mostra positivo. Deixar a **inflação** fora de controle, sim, é que é negativo.

Valor: Como o sr. avalia as discussões recentes sobre o nível das metas de **inflação** no país?

Meirelles: Eu acho que aumentar a meta neste momento é negativo.

Estamos tendo um problema com as expectativas de **inflação** exatamente por causa dessas declarações sobre possibilidade de subir meta, e isso já se mostrou negativo. A **inflação** está mais resistente exatamente por isso. A meta tem que, de fato, descer gradualmente. Quando você começa a mexer na meta,

vai inflar as expectativas e não vai ganhar nada. Só mais inflação.

Valor: O presidente tem criticado o nível atual da meta de inflação...

Meirelles: Eu entendo o presidente dizendo que não devemos ter inflação no nível dos países europeus, no nível americano, onde as metas são ao redor de 2%. Aqui no Brasil, como um país emergente, nós temos que convergir para a meta dos países emergentes, que é ao redor de 3%. As metas de 2023, 2024 e 2025 já estão estabelecidas.

Mexer nisso seria uma coisa inusitada.

Seria altamente negativo do ponto de vista de perda de controle das expectativas. E, se o CMN fixar a meta de 2026 e aumentar, vai fazer isso com que finalidade? Entendo a preocupação com crescimento. É uma preocupação legítima. O ideal é convergirmos cada vez mais para inflação e taxa de juros baixas.

Quando eu assumi o Ministério da Fazenda e conseguimos aprovar o teto de gastos dentro do cenário de austeridade, isso permitiu que as expectativas caíssem muito rapidamente e que a taxa de juros também caísse muito rapidamente e chegasse a um recorde de baixa. E tivemos inflação abaixo da meta. É esse o caminho, não o contrário.

Valor: Como o sr. tem visto o tom mais duro usado pelo BC?

Meirelles: O Banco Central tem razão. Ele tem um problema com a desancoragem das expectativas devido à insegurança fiscal. Quanto mais segurança fiscal se der, maior a ancoragem das expectativas.

Nós temos também a discussão da meta. Quando se começa a debater aumento da meta, o efeito disso é, exatamente, a deterioração das expectativas. O que o BC tem que fazer? Adotar um tom mais duro para tentar controlar a expectativa de inflação e permitir a queda de juros.

Valor: A escolha de um nome divergente daquilo que o mercado espera para a Diretoria de Política Monetária do BC pode agravar o cenário de desancoragem?

Meirelles: Certamente seria negativo.

Mas é preciso separar esse assunto da independência do BC.

De acordo com a lei brasileira, o BC é independente na execução da política.

A nomeação de presidentes e diretores é uma prerrogativa do presidente da República, com aprovação do Senado. Não faz parte da lei que o BC possa nomear seus próprios diretores. Dito isso colocar diretores que têm linha divergente da atual administração do BC, em um primeiro momento, não traria grandes efeitos porque eles seriam minoria. Agora, há efeitos na curva de longo prazo, porque as expectativas do mercado mais à frente, principalmente para a substituição do Roberto Campos Neto, passariam a ser negativas.

Valor: Vimos o próprio BC comentando na ata sobre o pacote de medidas que a Fazenda divulgou para tentar amenizar o déficit. Como o sr. avalia o pacote?

Meirelles: Reduz um pouco o déficit, mas é necessário ir bem mais longe. Acredito que o governo federal tem todas as condições necessárias de fazer uma reforma administrativa, por exemplo, nos termos daquela que foi feita em São Paulo. É algo totalmente viável e realmente possível de fazer. Por exemplo, a empresa criada há cerca de dez anos para construir o trem bala entre o Rio de Janeiro e São Paulo se mostrou um projeto inviável e foi abandonado. No entanto, existe a empresa, com funcionários, orçamento, prédio e despesas de água, luz, telefones, automóvel.

Tudo isso é algo que pode ser cortado.

Temos que ir um pouco mais longe nesse corte de despesas e, aí sim, gerar a segurança fiscal de uma queda gradual da dívida.

Valor: O governo, neste momento, parece dar prioridade à reforma tributária e à âncora fiscal. Como o sr. tem acompanhado a discussão?

Meirelles: A reforma tributária é importante, desde que seja ampla, simplificadora, como já há projetos na Câmara e no Senado. Inclusive, há um substitutivo apresentado à PEC 45 na Câmara e à PEC 110 no Senado por todos os Estados de forma unânime. A criação da nova âncora fiscal também é muito importante e ela deve ser diretamente relacionada às despesas. Não adianta o governo tentar colocar meta no que ele não controla. Meta em receitas, por exemplo. Eu trabalhei com meta de superávit primário, mas isso é um problema. Você acaba tentando controlar coisas que não são controláveis. O que o governo pode controlar diretamente é a despesa. E uma reforma administrativa também é importante.

#### Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

'BC tem razão' ao adotar um tom mais duro, diz Meirelles

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187455>

# Em discurso tradicional, Biden convoca união pelo país



No tradicional discurso sobre Estado da União, no Congresso, o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, destacou os avanços econômicos da sua gestão, de olho em uma possível reeleição em 2024, e convocou os opositores a "trabalharem juntos" para recuperar a democracia e ajudar os "trabalhadores que ficaram para trás" na "confusão econômica" das últimas quatro décadas.

"Somos o único país que emergiu mais forte de todas as crises", disse o democrata aos "amigos republicanos", os convidando a "recuperar a alma da nação". "Lutar por lutar, o poder pelo poder, o conflito pelo conflito, não nos leva a lugar algum", enfatizou, lembrando, em seguida, os recentes ataques à democracia. "Embora machucada, ela permanece inabalável." Havia a expectativa de que o democrata lançasse sua candidatura no evento, mas ela não se confirmou. A previsão é de que o anúncio ocorra até abril, e as pesquisas recentes indicam um cenário preocupante para o político de 80 anos. Segundo um levantamento do Washington Post/ABC, 62% acreditam que Biden "não fez muito" ou fez "quase nada" pelo país. Além disso, entre os eleitores democratas, 38% querem outro candidato para 2024.

Contam a favor do atual chefe do Executivo as conquistas econômicas - ressaltadas no discurso de ontem ao Congresso. Em dois anos, por exemplo, foram criados 12 milhões de empregos, um número recorde, a taxa de desemprego chegou a 3,4%, a mais baixa dos últimos 50 anos, e a **inflação** está diminuindo - em torno de 6%. "Estamos apenas começando", disse Biden, ao listar projetos de melhorias na infraestrutura do país e de abertura de fábricas.

## Aplausos e vaias

A perda do comando da Câmara dos Representantes, em novembro, pode ser um dos dificultadores para a permanência do democrata na Presidência. Ciente da questão, Biden começou o discurso congratulando o conservador Kevin McCarthy, presidente da Casa. "Estou ansioso para trabalhar com você", disse. Pouco depois, lembrou que, na composição passada, republicanos e democratas trabalharam juntos por temas de interesse dos Estados Unidos. "Se conseguimos fazer tanto, não há por que não conseguir neste novo Congresso." Assistido por milhões de telespectadores, o discurso com mais de uma hora de duração foi marcado por ovações dos governistas e vaias do campo oposto quando o presidente tocou em pontos polêmicos, como o Medicare, o programa federal de seguro saúde, e acusou republicanos de quererem tomar economia dos EUA como "refém".

Horas antes do evento, Biden havia declarado à emissora MSNBC que seria "uma conversa com o povo", para se "conectar" com ele. Projetos de habitação, de responsabilização de atos de violência pelas forças de segurança e de apoio aos estudantes foram alguns dos temas pontuados pelo político.

Lutar por lutar, o poder pelo poder, o conflito pelo conflito, não nos leva a lugar algum" Joe Biden, presidente dos EUA, no tradicional discurso sobre Estado da União

## Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/02/08/all.pdf>

## Contra a inflação (Editorial)

As instituições estão funcionando. O presidente da República esbraveja contra organizações de Estado que frustram seus desejos, e o resultado do embate pode acabar se revelando um tiro no pé das pretensões de reeleição do mandatário.

O mecanismo funcionou com Jair Bolsonaro (PL) e se mostra efetivo com o seu sucessor. O populismo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), embora não ameace a democracia como o do seu antecessor, coloca em risco o crescimento da renda e do emprego de dezenas de milhões de brasileiros.

O festival de desafios à racionalidade administrativa começou ainda antes da posse, quando o presidente eleito liderou a negociação por um acréscimo a descoberto de quase R\$ 200 bilhões nos gastos federais de 2023. Primeiro arrombou a porta e deixou para depois uma promessa vaga de consertá-la.

O impulso da gastança pública, numa economia que há alguns trimestres superou a depressão da pandemia, naturalmente levou os agentes econômicos a pre-verem elevação de preços à frente. O descrédito do PT, cujas ideias pariram o descalabro recessivo de 2014-2016, também ajudou.

Já empossado, Lula barrou a correção tempestiva nos subsídios eleitorais que Bolsonaro irresponsavelmente havia aplicado aos combustíveis. A piora nas expectativas inflacionárias naturalmente prosseguiu, afetando não só as previsões para 2023, mas também para 2024, 2025 e 2026.

Como ninguém é obrigado a emprestar dinheiro barato a um devedor descontrolado, os credores do Tesouro exigiram mais juros para rolar a dívida federal. Nos leilões atuais, o governo compromete-se a pagar quase 6,5% ao ano acima da inflação, até 2055, a quem em-prestar-lhe recursos.

O Banco Central, que apenas reconheceu a degradingolada da perspectiva inflacionária em sua última reunião, tornou-se alvo das saraivadas de Lula. A autonomia operacional do órgão, fixada em lei há quase dois anos, figura nas falas sem pé nem cabeça do petista como sabotadora do crescimento.

Na primeira reunião do BC comandado por um nomeado de Lula em 2003, a Selic subiu de 25% para 25,5% ao ano. Tanto aquela decisão como a que na semana passada manteve a taxa em 13,75% seguiram a mesma técnica e perseguiram o mesmo objetivo de

defender o poder de compra do real.

Quando Dilma Rousseff (PT) tentou interferir nessa lógica, baixando os juros do BC à revelia do que ocorria na economia, apenas alimentou o dragão inflacionário e teve de recuar bruscamente.

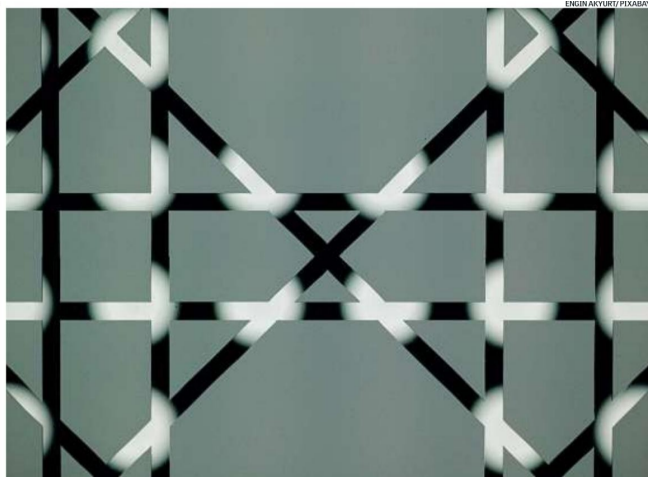
O BC legalmente autônomo, portanto, é decorrência natural da cristalização da repulsa à inflação na sociedade brasileira. Investir contra ele, para um presidente, é flertar com o fracasso econômico, que sempre transborda para a impopularidade do governante.

**Site:**

**<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50181>**



# Um aceno à resolução da vulnerabilidade fiscal (Artigo)



Por Alexandre Manoel e Lucas Barbosa

A pandemia da covid-19 trouxe 20 milhões de pessoas para a situação de pobreza extrema no mundo, segundo o Banco Mundial. Há também a guerra na Ucrânia e os decorrentes choques de preços de alimentos e energia, demandando cada vez mais uma robusta rede de proteção e segurança social por parte dos governos, que muitas vezes se encontram em situação fiscal delicada.

Este cenário adverso traz uma vantagem comparativa para o Brasil, desde que o presidente Lula e a equipe econômica sinalizem harmonicamente que vão perseguir o ajuste fiscal. A justificativa para a importância dessa sinalização será feita em quatro passos.

Primeiro. Lembremos que, no início deste século, havia duas vulnerabilidades macroeconômicas (fiscal e externa) que impediam o Brasil de conviver com juros reais baixos.

A vulnerabilidade externa foi eliminada ao longo do período 2003-2010. Consequentemente, o patamar da taxa real de juros doméstica caiu abruptamente. Em 2003, a taxa real de juros (considerando a inflação futura) era em torno de 17% e, em 2015, 7%. Agora, para 2023, deverá ser de 8%, constituindo-se um enorme obstáculo para maior crescimento da economia.

A fim de reduzir significativamente essa taxa, o governo terá de diminuir ou sinalizar consistentemente a eliminação da vulnerabilidade fiscal. O Brasil é um

país de renda média-alta e é fiscalmente vulnerável porque deve mais que países similares (pares). Como explicita o gráfico, quanto maior a dívida, maior o pagamento de juros. Logo, o principal motivo para o Brasil oferecer taxas reais de juros maiores e pagar mais juros que seus pares é o fato de possuir dívida maior que eles.

Segundo. As taxas reais de juros domésticas se descolam ainda mais dos pares em momentos em que há percepção de que o governo não continuará fazendo esforço fiscal para tornar a dívida sustentável. A título de ilustração, chamamos atenção para dois eventos: 1- crise de 2014-2015, quando a taxa real de um ano (ex ante) ampliou de 1,5%, em dezembro de 2012, para 9%, em setembro de 2015; 2- retomada econômica decorrente da diminuição dos efeitos da pandemia conjugada com a mudança do teto em setembro de 2021, que elevou essa taxa do terreno negativo para 8,3%, em novembro de 2022.

A luz da teoria fiscal do nível de preços-a qual prediz que um menor fluxo esperado de superávits primários leva a maior inflação ou à expectativa de calote na dívida pública, entendemos que houve erro de política econômica nos dois eventos acima descritos, decorrente de ruídos entre a equipe econômica e o Palácio do Planalto ou ausência de comunicação adequada. Nesses dois eventos, um maior compromisso público do Planalto com o esforço fiscal a ser perseguido implicaria menor taxa real de juros ao longo do evento.

Terceiro. A fim de eliminar a vulnerabilidade fiscal com menor custo, faz-se necessário o envolvimento e alinhamento do mandatário político no ajuste fiscal, no sentido de haver ciência deste sobre qual taxa de juros deseja. É preciso entender que o nível de taxa de juros praticado pelo Banco Central não depende de coração ou sensibilidade do mercado, mas sim de decisão a respeito do esforço fiscal que o governo eleito pretende fazer enquanto representante da sociedade. Como já disse Delfim Neto, "só o político pode salvar o economista".

Expliquemo-nos. Com o presente cenário da mediana Focus (BCB), se quisermos levar nossa taxa real de juros para o nível da vigente nos nossos pares, em torno de 3% ao ano, o setor público consolidado (União, Estados, Municípios e suas estatais) terá de



fazer ou sinalizar crivelmente um esforço fiscal médio em termos de geração de superávit primário de 2,61% do **PIB** entre 2023-2026, mantendo essa média constante até 2030.

Caso o objetivo seja sinalizar que a dívida pública é sustentável, a taxa real de juros cairá para cerca de 5% ao ano. Neste caso, é preciso sinalizar um superávit primário médio menor, de pelo menos 1,45% do **PIB**, entre 2023-2026, mantendo essa média constante até 2030.

Irracionalidade é sinalizar que não fará esforço fiscal, visto que esse sinal leva a um maior pagamento de juros do que se pagaria caso demonstrasse compromisso público com o equilíbrio das contas públicas. Quem soube demonstrar politicamente esse compromisso e a taxa real de juros respondeu a ele, foi o presidente **Temer**, que, com harmonia entre os ministros e uma comunicação clara, garantiu ambiente propício para queda de juros durante os anos de seu mandato.

Quarto. Esse esforço também diminuiu após a pandemia, porquanto hoje o Brasil apresenta uma dívida cuja diferença em relação à média dos pares está relativamente menor. Por exemplo, ao considerarmos a Dívida Líquida do Governo Geral - métrica comparável aos pares internacionais e menos impactada pela política monetária, nota-se que, em 2019, a dívida brasileira era 57,3% do **PIB**, enquanto os pares, 35,9%. Em 2022, o FMI projeta o Brasil com 57,5% do **PIB** e os pares, 43,1%. A diferença para os pares diminuiu cerca de 21,4 para 15,7 pontos de porcentagem do **PIB**.

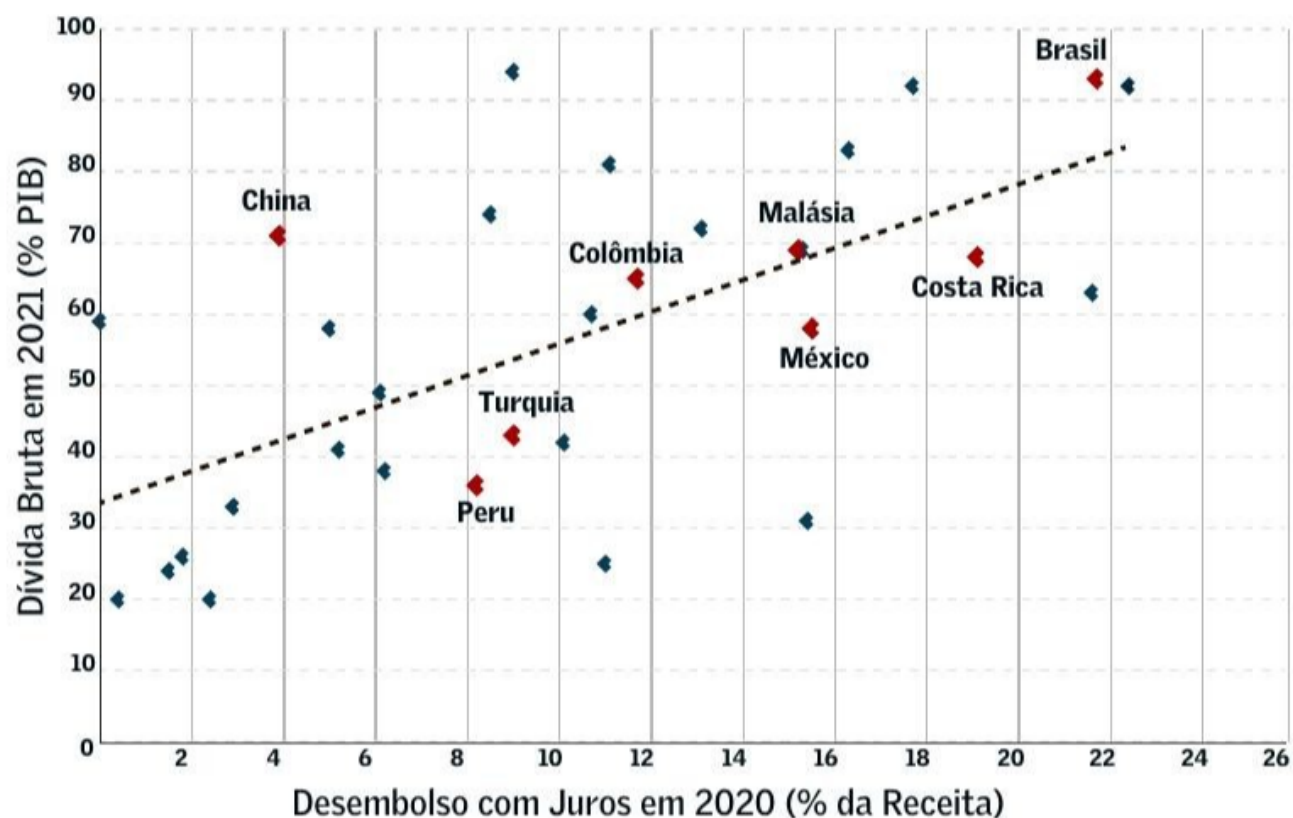
Em virtude da situação social pós-pandêmica, esses pares não parecem estar dispostos a fazer um esforço fiscal para que a dívida volte ao patamar anterior. Ademais, há uma maior demanda por proteção social após os choques de preços de alimentos e energia que estamos vivendo. Logo, existe uma oportunidade única para o Brasil neste momento.

Se houver aceno (sem ruídos) que o governo fará um esforço fiscal para tornar a dívida sustentável, haverá melhoria dos ativos financeiros muito maior que a usualmente esperada, em consequência da permanente melhora relativa vis-à-vis aos pares, com antecipação de ganhos via expectativa, diminuindo a volatilidade do câmbio, derrubando juros futuros e elevando a perspectiva de crescimento econômico. Até o presente momento, essa oportunidade está sendo desperdiçada. Mas ainda há tempo de aproveitá-la.

Se houver aceno para tomar a dívida sustentável, haverá uma inusual melhoria dos ativos financeiros

## Dívida bruta e juros

Desembolsos (em % da receita).



Fonte: FMI, Banco Mundial e AZ Quest.